

# Sindicalistas esperam recessão e desemprego

Álvaro Penachioni  
de São Paulo

**A**s medidas do programa de estabilização fiscal vão elevar a taxa de desemprego no País. A opinião é unânime entre dirigentes sindicais, economistas e pesquisadores ouvidos pela Gazeta Mercantil. Ao impor o corte de gastos e o aumento de impostos, o governo restringe drasticamente as chances de manutenção do nível de emprego, sem oferecer medidas compensatórias ao mercado de trabalho. E o pior: o temor é que o esforço para reduzir as despesas seja insuficiente para atacar os problemas e o governo estaria apenas ganhando tempo até o próximo *round* da crise financeira internacional.

“O governo está propondo um ajuste fiscal em razão de um regime cambial inadequado”, avalia Antonio Prado, coordenador de produção técnica do Dieese, órgão de assessoria dos sindicatos. Segundo ele, a origem do desequilíbrio fiscal está no fato de o País manter o câmbio valorizado, “o que implica em déficits crescentes de transações correntes e exige a manutenção de taxas de juro elevadas”. Uma das saídas, propõe Prado, seria desvalorizar o real, ou então promover a centralização do câmbio, “para impedir a fuga de capitais a que o País assiste”.

Mesmo que o governo fosse bem-sucedido na implementação das medidas, o melhor cenário aponta para um percentual da taxa de juros em torno de 20% no início de 1999, destaca o economista do Dieese. “Não há como preservar ou incentivar a geração de empregos com os juros nesse patamar, ainda mais diante de um quadro de ajuste fiscal”.

“O governo errou no foco das medidas, ao não sugerir mudanças no princípio gerador do déficit público, que é o componente financeiro. E,

para compensar o desequilíbrio fiscal, ele mantém as taxas de juro elevadas”, critica Márcio Pochmann, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

“O Brasil ficou sem saída diante da crise financeira internacional. Se não tem outro jeito, vamos ter que tomar o remédio amargo”, diz o economista José Pastore, da Universidade de São Paulo (USP). Segundo Pastore, “a melhor política para geração de empregos é o crescimento econômico. Mas, com as medidas anunciadas, “o País vai enfrentar a retração do emprego e o aumento do mercado de trabalho informal”.

“O governo repassou a conta para a sociedade pagar, ao anunciar o aumento de impostos e cortes de despesas com saúde e educação”, ataca Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente da CUT. “O pacote vai agravar a recessão e aumentar a exclusão social”, enfatizou.

Em reunião da direção executiva, os dirigentes da CUT definiram um calendário de manifestações “para demonstrar o descontentamento”.

Hoje, Vicentinho participa de reunião dos governadores de oposição, em Brasília. No próximo dia 3, está agendado um encontro com membros da CNBB, OAB, ABI, Contag, UNE e MST; no dia 4, a central reúne-se com representantes de todos os sindicatos cutistas em campanha salarial; no dia 6, o encontro é com as federações e outras centrais sindicais (USI, CGT e Cati).

O dia 13 está reservado para a realização de maratonas, em várias capitais e no interior paulista, onde deverão ser paralisadas mais de 30 fábricas. Haverá um encontro de representantes das centrais sindicais brasileiras e do Cone Sul, dia 18 de dezembro, no Rio. ■